

Assinatura da concessão do Cais Mauá segue sem definição entre governo e consórcio

/ URBANISMO

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Após quase um ano da realização do leilão de concessão do Cais Mauá (o certame ocorreu em 6 de fevereiro de 2024), a oficialização do contrato entre o governo do Estado e o consórcio Pulsa RS, que apresentou a única proposta pelo empreendimento em Porto Alegre, ainda segue em um impasse. A Secretaria da Reconstrução Gaúcha informa que, no momento, não há um novo prazo definido para a assinatura

da concessão.

"O projeto segue em revisão técnica e jurídica, em razão da enchente que afetou o local", destaca a pasta através de comunicado. A perspectiva era de que o acordo fosse firmado em maio de 2024, no entanto a catástrofe climática que impactou o Rio Grande do Sul fez com que o assunto fosse suspenso.

De acordo com o previsto no leilão, o consórcio Pulsa RS (formado pela Spar Participações, Desenvolvimento Imobiliário e pela Credlar Empreendimentos Imobiliários) irá gerir o espaço do Cais Mauá por 30 anos e em

contrapartida aportará R\$ 353,3 milhões para a revitalização e qualificação do local. O trecho concedido engloba da usina do Gasômetro até a estação rodoviária da Capital, o que equivale a uma extensão de aproximadamente três quilômetros e área de 181,2 mil metros quadrados.

Nos cinco primeiros anos de concessão, está prevista a reestruturação do patrimônio histórico (armazéns tombados e pórtico central) e revitalização das docas do espaço. Além disso, está planejada a construção de edificações para uso residencial e corporativo.



THAYNA WEISSBACH/JC

Certame do empreendimento ocorreu em 6 de fevereiro de 2024